



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



**Habeas Corpus nº 0203581-6**

**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal

**Impetrado:** Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Ibirajuba

**Impetrante/paciente:** Joseildo Siqueira de Souza

**Relator:** Des. Romero de Oliveira Andrade

**Procurador de Justiça:** Dr. Mário Germano Palha Ramos

130

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL E PENAL - HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR - CRIMES DE LATROCÍNIO, FORMAÇÃO DE QUADRILHA ARMADA E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO - ARTIGOS 157, § 3º, SEGUNDA PARTE e 288, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DO CÓDIGO PENAL e ARTIGO 14, DA LEI Nº 10.826/2003 - EXCESSO DE PRAZO NA FINALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - INOCORRÊNCIA - PACIENTE RESPONDE A PROCESSO CRIMINAL POR ENVOLVIMENTO EM CRIMES DE LATROCÍNIO, FORMAÇÃO DE QUADRILHA ARMADA E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO - JUSTIFICADA A EVENTUAL DILAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL, EM HIPÓTESE DE FEITO COMPLEXO, CONTANDO COM 07 (SETE) ACUSADOS - DIVERSOS EXPEDIENTES, CARTAS PRECATÓRIAS E INCIDENTES PROCESSUAIS - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE - AFASTADA A ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO, EM VIRTUDE DO ENCERRAMENTO DA FASE INSTRUTÓRIA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 52 DO STJ - ORDEM DENEGADA - DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus nº 0203581-6, da Vara Única da Comarca de Ibirajuba/PE, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em DENEGAR a presente ordem de Habeas Corpus, tudo consoante consta do relatório e voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife 26 de Janeiro de 2010.

**Des. Romero de Oliveira Andrade**  
Relator

RMCCO (HC 0203581-6)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP:50520-050  
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax:3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784  
E-mail: roan@tje.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



**Habeas Corpus nº 0203581-6**

**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal

**Impetrado:** Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Ibirajuba

**Impetrante/paciente:** Joseildo Siqueira de Souza

**Relator:** Des. Romero de Oliveira Andrade

**Procurador de Justiça:** Dr. Mário Germano Palha Ramos

181

### RELATÓRIO

Trata-se de *HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR* impetrado em causa própria por JOSEILDO SIQUEIRA DE SOUZA, que se encontra recolhido ao Presídio de Pesqueira, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Ibirajuba/PE.

Emerge dos autos que o paciente foi **preso em 01 de setembro de 2006**, sendo denunciado com mais 07 acusados como incurso nas sanções dos **artigos 157, § 3º, segunda parte, e 288, parágrafo único, ambos do Código Penal e artigo 14 da Lei nº 10.826/2003** (*crimes de latrocínio, formação de quadrilha armada e porte ilegal de arma de fogo de uso permitido*).

Argumentou o paciente que a custódia provisória encontra-se eivada de ilegalidade, em face do evidente **excesso de prazo** no término da instrução criminal, a qual perdura há mais de 03 (três) anos.

A inicial veio desacompanhada de documentos.

Indeferido o pedido de liminar com decisão às fls. 11/12.

Informações prestadas às fls. 17/22, detalhando os fatos cometidos pelo paciente com suspeita de participação em bando armado, acrescendo que o feito criminal de nº 476.2006.000004-8 apresenta certa complexidade em razão da pluralidade de acusados e que a instrução processual encontra-se em perfeita harmonia com a razoabilidade.

RMCCO (HC 0203581-6)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP.50520-050  
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax:3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784  
E-mail: roan@tjpe.jus.br



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade



182

O eminente Procurador de Justiça, Dr. Mário Germano  
Palha Ramos, ofereceu parecer às fls. 35/38, opinando pela **denegação da  
ordem**.

É o relatório

Recife, 26 de janeiro de 2010.

  
Des. Romero de Oliveira Andrade  
Relator



**Habeas Corpus nº 0203581-6**

**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal

**Impetrado:** Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Ibirajuba

**Impetrante/paciente:** Joseildo Siqueira de Souza

**Relator:** Des. Romero de Oliveira Andrade

**Procurador de Justiça:** Dr. Mário Germano Palha Ramos

**VOTO DO RELATOR**

Senhores Desembargadores  
Senhor(a) Procurador(a) de Justiça

Consta das informações prestadas às fls. 17/22 que o crime de latrocínio cometido pelo paciente teria ocorrido no dia 29 de agosto de 2006, por volta das 03:00 horas da madrugada, no município de Ibirajuba/PE, tendo como vítima o comerciante JOSÉ RODRIGUES BEZERRA, que se preparava para mais um dia de trabalho quando foi abordado, na companhia de sua esposa, e alvejado por disparos de arma de fogo após cometimento frustrado do crime de roubo.

Ao analisar toda a documentação carreada ao presente *writ*, percebo certa complexidade no processo-crime nº 476.2006.000004-8 em virtude do número de denunciados, exigindo a expedição de grande quantidade de cartas precatórias e ofícios às Comarcas de Pesqueira, Garanhuns e Lajedo para fins interrogatório de alguns acusados e informações de outros feitos criminais.

Coaduno com o magistrado de 1º grau no sentido da complexidade do supracitado feito criminal, que é composto de 07 (sete) volumes, , além da pluralidade de acusados e de crimes que resultaram em diversos expedientes como cartas precatórias, incidentes processuais e outras ordens de *Habeas Corpus*.

Percebo que a instrução criminal foi presidida de maneira eficiente e perseverante pela autoridade impetrada, conduzindo com empenho o feito criminal apesar das dificuldades já demonstradas.

Saliento que o fato de o paciente encontrar-se envolvido com a prática de grupos armados caracteriza, de forma indubitável, sua alta periculosidade em vulnerar a ordem pública e comprometer a aplicação da lei penal

RMCCO (HC 0203581-6)

Fórum Thomaz de Aquino - Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP 50520-050  
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784  
E-mail: roan@tjpe.jus.br



no futuro, o que por si só autoriza a manutenção da segregação provisória, tendo por base a aplicação do princípio da razoabilidade no caso em exame.

Neste diapasão é o entendimento jurisprudencial:

**STJ: "HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. PORTE ILEGAL DE ARMA. CONEXÃO COM O CRIME DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO. COMPLEXIDADE DO FEITO. PERICULOSIDADE. GRAVIDADE DO DELITO E TEMOR DAS TESTEMUNHAS. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS PARA OITIVA DE TESTEMUNHAS DE DEFESA. EXCESSO DE PRAZO DENTRO DOS LIMITES DA RAZOABILIDADE. 1. Tem-se como justificada eventual dilação de prazo para a conclusão da instrução processual, em hipótese de feito complexo e da necessidade de expedição de cartas precatórias, porquanto, à luz do princípio da razoabilidade, os rigores temporais estabelecidos em lei devem ser mitigados. 2. O Paciente, acusado de ser matador de aluguel, responde por tentativa de homicídio conexa com crime de porte ilegal de arma, pelos quais foi preso em flagrante, e por dois outros delitos dolosos contra a vida, o que evidencia a necessidade de sua custódia cautelar como forma de garantir a ordem pública, em razão de sua manifesta periculosidade, evidenciada pela gravidade de suas condutas, como também para assegurar a instrução criminal, diante do temor das testemunhas em prestar informações. 3. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 4. Ordem denegada"** (HC 81891 / PA, 2007/0093092-9, Ministra LAURITA VAZ (1120), T5 - QUINTA TURMA, Data do Julgamento: 03/06/2008, Data da Publicação/Fonte: DJe 30.06.2008)

Ademais, percebo que a instrução criminal já se encontra concluída, conforme ficha de movimentação processual extraída do Sistema de Consulta do Judwin que segue anexa ao presente voto.

Destarte, encerrado o sumário de culpa e encontrando-se o processo na **fase de apresentação das alegações finais** (artigo 403, § 3º, do Código de Processo Penal), desaparece a consistência da alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo, conforme inteligência da **Súmula 52, do Superior Tribunal de Justiça**, que habitualmente vem sendo empregada:

**SÚMULA 52, STJ: "Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo"**



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

125



**STJ: "PROCESSO PENAL - HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO - ARTIGO 33, §  
1º, III, DA LEI Nº 11.343/06 - PRISÃO EM FLAGRANTE -  
EXCESSO DE PRAZO - INSTRUÇÃO CRIMINAL  
ENCERRADA - SÚMULA 52/STJ - INDEFERIMENTO DE  
EXAME TOXICOLÓGICO - PRINCÍPIO DO LIVRE  
CONVENCIMENTO DO JUIZ - FUNDAMENTAÇÃO - I -  
Encerrada a instrução criminal fica, por ora, superado o  
pretense constrangimento por excesso de prazo (cf.  
Súmula nº 52-STJ). (...) Ordem denegada" (HC 91142/GO,  
2007/0224101-0, Ministro Felix Fischer (1109), T5 - QUINTA  
TURMA, Data da Publicação/Fonte: DJ 07.02.2008 p. 1)**

Assim sendo, acolho na íntegra o parecer oferecido pelo  
Órgão Ministerial de 2º Grau e VOTO PELA DENEGAÇÃO da ordem.

É como voto.

Recife, 26 de janeiro de 2010

  
Des. Romero de Oliveira Andrade  
Relator